Aquapolo Ambiental S.A.

CNPJ: 11.399.666/0001-80

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial	2021	2020
Ativo/Circulante	**33.402**	**34.766**
Caixa e equivalentes de caixa	17.761	20.157
Contas a receber	12.220	10.939
Estoques	1.869	1.998
Impostos a recuperar	756	130
Partes relacionadas	–	73
Outros créditos	796	1.469
Não Circulante: Realizável a Longo Prazo	**305.341**	**309.975**
Fundo Restrito	10.622	10.785
Depósitos Judiciais	60	19
Outros créditos	84	–
	10.766	10.804
Imobilizado	293.314	297.910
Intangível	1.261	1.261
	294.575	299.171
Total do Ativo	**338.743**	**344.741**

Demonstrações do Resultado	2021	2020
Receita Líquida	95.743	89.188
Custo Dos Serviços Prestados	(29.091)	(29.614)
LUCRO BRUTO	**66.652**	**59.574**
Receitas (Despesas) Operacionais:	**(6.634)**	**(7.120)**
Gerais e administrativas	(6.894)	(7.120)
Outras despesas operacionais, líquidas	260	–
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**60.018**	**52.454**
Resultado Financeiro	**(21.843)**	**(23.586)**
Receitas financeiras	1.322	841
Despesas financeiras	(23.165)	(24.427)
Lucro Operacional antes dos Impostos	**38.175**	**28.868**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(12.906)**	**(9.737)**
Correntes	(6.972)	(4.623)
Diferidos	(5.934)	(5.114)
Resultado Líquido do Exercício	**25.269**	**19.131**
Lucro por ação - básico e diluído - R$	**0,60**	**0,45**

Balanço Patrimonial	2021	2020
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante	**43.382**	**39.445**
Debêntures privadas	24.499	22.612
Arrendamento Mercantil	115	142
Fornecedores	2.683	1.016
Obrigações sociais	1.881	1.662
Obrigações fiscais	5.191	3.276
Partes relacionadas	8.521	9.420
Outras obrigações	492	1.317
Não Circulante	**237.189**	**263.393**
Arrendamento Mercantil	80	88
Debêntures privadas	211.705	234.355
Partes relacionadas	14.385	23.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.526	4.592
Provisão para contingências	493	492
Total do passivo	**280.571**	**302.838**
Patrimônio Líquido	**58.172**	**41.903**
Capital social	36.412	36.412
Reserva de lucros	21.760	5.491
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	58.172	41.903
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**338.743**	**344.741**

Demonstração do resultado abrangente	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	25.269	19.131
Total do resultado abrangente do exercício	**25.269**	**19.131**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva Legal	Lucros Retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2020	**36.412**	**1.360**	–	–	**37.772**
Dividendos intermediários - exercício 2020	–	–	–	(10.456)	(10.456)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	19.131	19.131
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2020	–	–	–	(4.544)	(4.544)
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	981	3.150	(4.131)	–
Saldos em 31/12/2020	**36.412**	**2.341**	**3.150**	–	**41.903**
Dividendos intermediários - exercício 2021	–	–	–	(2.683)	(2.683)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	25.269	25.269
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício de 2021	–	–	–	(6.317)	(6.317)
Transferência para reserva legal	–	1.263	–	(1.263)	–
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	–	15.006	(15.006)	–
Saldos em 31/12/2021	**36.412**	**3.604**	**18.156**	–	**58.172**

Demonstração do fluxo de caixa

	Nota	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		25.269	19.131
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		5.934	5.114
Depreciação e amortização		12.745	12.734
Juros sobre empréstimos	10	20.752	22.347
Amortização de custos para emissão de debêntures	10	276	276
Provisão para riscos		1	458
Redução (aumento) nos ativos operacionais: Contas a receber		(1.282)	(52)
Estoques		129	389
Impostos a recuperar		(625)	22
Outros créditos		549	(708)
Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores		1.667	(623)
Partes relacionadas		(10.308)	(1.599)
Obrigações sociais		219	(93)
Obrigações fiscais		1.915	678
Outras obrigações		(825)	(137)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		**56.416**	**57.937**
Juros pagos sobre debêntures	10	(20.709)	(22.390)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**35.707**	**35.547**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento: Fundo Restrito		163	3.289
Aquisição de ativo imobilizado	8	(8.053)	(2.262)
Aquisição de ativo intangível	9	(113)	(7)
Baixa do ativo imobilizado		17	–
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		**(7.986)**	**1.020**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamentos de debêntures	10	(21.082)	(19.385)
Pagamento de arrendamento mercantil		(35)	(84)
Pagamento de dividendos	14	(9.000)	(15.000)
Caixa ouriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		**(30.117)**	**(34.469)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(2.396)**	**2.098**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.157	18.059
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		17.761	20.157
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(2.396)**	**2.098**

Notas Explicativas

1. Informações gerais: A Aquapolo Ambiental S.A. ("Aquapolo" ou "Companhia") foi constituído em 8 de outubro de 2009, com sede na Avenida Almirante Delamare, nº 3.000, na capital do Estado de São Paulo. Tem como objetivo produzir, fornecer e comercializar água de reúso para a Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A. ("Braskem"), além das demais companhias integrantes do pólo Petroquímico de Capuava, localizado no Município de Mauá no Estado de São Paulo, nos termos do contrato de fornecimento de água de reúso firmado com a Braskem, bem como a realização de toda e qualquer atividade necessária à viabilização da produção, fornecimento e comercialização da água de reúso às companhias e prefeituras localizadas na região em que será prestado o fornecimento, através do contrato com vigência de 44 anos, contados a partir de 30 de setembro de 2009. O contrato prevê o reajuste anual utilizando, substancialmente, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e opção para renovação do contrato por mais dez anos. A Companhia iniciou suas operações em 24 de outubro de 2012. Em 10 de abril de 2019, o Conselho de Administração da então controladora indireta BRK Ambiental aprovou a alienação da totalidade de sua participação do segmento Industrial representado por 82,76% das cotas do FIP OI - Fundo de Investimento em Participações Operações Industriais. Em 10 de maio de 2019, a BRK Negócios Industriais, por meio do FIP OI, assinou o contrato de venda do segmento Industrial para a GS Inima Brasil Ltda. ("GS Inima"). Em 10 de julho, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e em 30 de setembro de 2019, a transação foi concluída. Desta forma a Companhia é parte integrante do Grupo GS Inima. A Administração entende que a transação não afeta significativamente as informações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2021, uma vez que altera somente sua estrutura de acionistas. Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava capital circulante negativo no montante de R$ 9.980 devido ao pagamento de dividendos e mútuo, realizados no final do exercício de 2021, com isso o caixa foi reduzido, mas a Diretoria entende que devido a geração média de caixa mensal ser de R$ 1.500, estima-se encerrar o exercício de 2022 com saldo de caixa suficiente garantindo o pagamento de todas as obrigações de curto prazo previstas. Impactos do COVID-19: A Companhia, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio do Covid-19. Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde. Entre as medidas prioritárias estabelecemos políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir contato social na empresa. Além disso, disponibilizamos materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e elaboramos comunicados sobre as medidas protetivas contra o Covid-19. É obrigatória a utilização de máscaras. Além disso intensificamos a limpeza dos locais de trabalho, com desinfecção das superfícies. É vedado o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados. Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis. O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.491/09. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Administradores e acionistas da Companhia em 30 de março de 2022. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. • Nota Explicativa nº 15 - reconhecimento de receita; e • Nota Explicativa nº 12.a - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo. Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. **2.2. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para administrá-los. Inicialmente, a Companhia mensura um ativo financeiro pelo valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação. As contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia aplicou o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em cinco categorias: (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de OCI, sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados. (d) Desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). (e) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Empresa avalia os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas: (a) O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. (b) Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros recebíveis incluídos no ativo financeiro atual. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros obrigados a mensurar pelo valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não são apenas pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. (b) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem demora material a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou firmou um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve. O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo de contraprestação que a Companhia pode ser obrigada a pagar. *Impairment de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs) para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2021 e 2020. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 10. *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem satisfeitos. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.3. Impairment de ativo não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **2.4. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido. **2.5. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de Seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, ele esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. c) Receita não faturada: A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo a venda foi realizada, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data das vendas das mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. d) Provisão e passivos contingentes: Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa. • Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures e partes relacionadas. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio. Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. a) Risco de crédito: A Companhia possui um risco reduzido de crédito em virtude de o principal cliente possuir classificação de rating elevada - "AAA (bra)" com perspectiva estável, conforme agência *Fitch Ratings* - Risco de crédito corporativo - Escala nacional. Em operações com instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. b) Risco de liquidez: Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures, empréstimos e financiamentos (incluindo valores circulantes e não circulantes, conforme demonstrados no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e os fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **4.3. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2021	2020
Ativos pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	17.761	20.157
Fundos restritos	10.622	10.785
Contas a receber	12.220	10.939
Partes Relacionadas	–	73
	40.603	**41.954**
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(2.683)	(1.016)
Debêntures	(236.204)	(256.967)
Arrendamento mercantil	(195)	(230)
Partes Relacionadas	(22.906)	(33.286)
	(261.988)	**(291.499)**
Ativos e passivos finaceiros, líquidos	**(221.385)**	**(249.545)**

4.4. Estimativa do valor justo: Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos. O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa. Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

5. Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Caixa	2	2
Bancos	7.011	4.483
Aplicações financeiras	10.748	15.672
Total	**17.761**	**20.157**
Ativo circulante	**17.761**	**20.157**

O saldo de aplicações financeiras é representado substancialmente por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata em fundos de investimentos com bancos de primeira linha. A remuneração média do exercício foi de 96,27% (2020 - 89%) do CDI.

6. Fundos restritos	2021	2020
Fundo Restrito LP	10.622	10.785
	10.622	10.785

O saldo de fundos restritos representa depósitos bancários, com rendimento de cerca de 100,17% do CDI, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures. O saldo de R$10.622, refere-se à projeção dos 3 próximos pagamentos (amortização e juros) do contrato de debêntures para o cumprimento da cláusula de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD".

7. Contas a receber	2021	2020
Faturados	449	446
A faturar	11.771	10.493
	12.220	10.939
Ativo circulante	**12.220**	**10.939**

O contas a receber, 92,94% refere-se ao contrato com a Braskem S.A. "Braskem", e o prazo para recebimento é de 15 dias após a emissão da nota fiscal de faturamento, em média o recebimento ocorre até o dia 22 de cada mês.

c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

Prazo Vencimento	2021
2023	24.656
2024	26.838
2025	29.209
2026	31.790
2027	34.597
A partir de 2028	64.615
	211.705

d) Garantias e outras informações relevantes: Como garantia real, a Companhia celebrou também os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Companhia, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fornecimento ("Escritura"): i) *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:* A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Companhia cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: (i) contrato de fornecimento; (ii) contrato de EPC - *Engineering Procurement and Construction* - firmado entre a Companhia e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; (iii) contrato de venda de água e rateio de despesas; (iv) depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Companhia; (v) investimentos permitidos e ganhos e rendimentos dele oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; (vi) apólices de seguro, das quais a Companhia é beneficiária. ii) *Alienação Fiduciária de Ações:* A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas pela Companhia, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Companhia concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos: (i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Companhia em 2.778 ações, atualmente detidas pela GS Inima Industrial; (ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Companhia em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais. e) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants:* A Companhia possui em sua escritura de emissão de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"), que deve ser maior ou igual a 1,2. A metodologia de cálculo a ser utilizada no cálculo do ICSD deve seguir a fórmula: ICSD = Geração de Caixa (LAJIDA - EBITDA)/Serviço da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 esse índice era de 1,80. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas as referidas debêntures.

11. Partes relacionadas

	2021			2020			
	Contas a pagar	Custos/despesas operacionais	Resultado financeiro	Contas a receber	Contas a pagar	Custos/despesas operacionais	Resultado financeiro
GS Inima Brasil	–	(678)	–	–	–	(652)	–
GS Inima Industrial	–	(2.072)	–	–	–	(1.741)	–
Sabesp (i)	22.906	–	(1.619)	73	33.286	–	(1.402)
Total	**22.906**	**(2.750)**	**(1.619)**	**73**	**33.286**	**(2.393)**	**(1.402)**

(i) O saldo de 22.906 (2020 - 33.286) refere-se a contratos de mútuos, que são atualizados mensalmente pelo CDI acrescido de 1,22% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2023; o valor de 1.619 (2020 - 1.402) referem-se aos valores de juros sobre mútuo reconhecidos; o saldo de 73 em 2020 refere-se a ressarcimentos de custos operacionais, os quais foram baixados em 2021.

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial	2021	2020
Passivo diferido	10.526	4.592
	10.526	**4.592**

Expectativa de realização do ativo fiscal diferido é como segue:

2022	5.386
2023	5.299
2024	5.073
2025	713
Após 2026	550
	17.021

Expectativa de realização do passivo fiscal diferido é como segue:

Após 2037	27.547
	27.547

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir: Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de Janeiro	21.958	(26.550)	26.002	(25.480)
Reconhecido na demonstração de resultado	(4.937)	26.550	(4.044)	(1.070)
Total	**17.021**	**–**	**21.958**	**(26.550)**

b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva: O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.175	28.868
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	**(12.980)**	**(9.815)**
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças Permanentes	74	78
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	**(12.906)**	**(9.737)**
Correntes	(6.972)	(4.623)
Diferido	(5.934)	(5.114)
Total	**(12.906)**	**(9.737)**

13. Provisões para contingências: As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como seguem:

	Contingências trabalhista e previdenciárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	492	492
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	46	46
(–) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(45)	(45)
Em 31 de dezembro de 2021	**493**	**493**

Contingências com probabilidade de perda classificada como possível: A Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

Natureza	2021	2020
Contingências trabalhistas e previdenciárias	13	59
	13	**59**

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social é R$ 36.412 e está representado por 42.419.045 ações ordinárias, assim distribuído:

	Capital social	Quantidade de ações	% de participação
GS Inima Industrial	18.570	21.633.713	51,00
Sabesp	17.842	20.785.332	49,00
	36.412	**42.419.045**	**100,00**

b) Lucro por ação: i) *Básico:* O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	25.269	19.131
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	42.419	42.419
Lucro básico por ação	**0,60**	**0,45**

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. d) Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, que será deliberada na ocasião da assembleia conforme art. 199 da Lei 6.404/76. e) Dividendos: Nos termos do estatuto social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído em cada exercício social, um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido calculados nos termos da legislação brasileira. Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 197 e 202 da lei das Sociedades por Ações. Em 07 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram em assembleia a distribuição de dividendos complementares no montante de R$9.000, que foram pagos em 23 de dezembro de 2021, e foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021.

15. Receita	2020	2019
Receita líquida	95.743	89.188
	95.743	**89.188**

A reconciliação das receitas auferidas é como segue:	2021	2020
Água de Reuso	129.088	122.551
PIS	(1.844)	(2.022)
COFINS	(8.495)	(9.314)
ICMS	(23.006)	(22.027)
Receita líquida	**95.743**	**89.188**

16. Custos e despesa por natureza	2021	2020
Custos de pessoal	5.561	5.854
Materiais	4.343	3.637
Serviços	1.831	2.651
Energia elétrica	3.294	3.811
Depreciação/amortização	12.516	12.563
Outros custos com operação e (recuperação)	1.546	1.098
Total	**29.091**	**29.614**

	2021	2020
Com pessoal Adm	2.503	2.336
Materiais Adm	82	93
Serviços de terceiros Adm	3.359	3.329
Depreciação/amortização Adm	229	171
Publicidade e propaganda Adm	137	–
Perda no recebimento de crédito	73	–
Outras Despesas Adm	511	1.191
Total	**6.894**	**7.120**

17. Resultado financeiro	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.292	737
Juros sobre títulos recebidos	16	32
Variação monetária e cambial ativa	14	72
Total	**1.322**	**841**
Despesa financeira		
Juros sobre financiamentos	(20.752)	(22.347)
Juros sobre títulos pagos	(9)	(18)
Custo transação	(670)	(619)
Variação monetária e cambial passiva	(28)	–
Outras	(1.706)	(1.443)
Total	**(23.165)**	**(24.427)**
Resultado financeiro líquido	**(21.843)**	**(23.586)**

18. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de edificações, garantias dos contratos assinados referente a prestação de serviços aos clientes, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de operações e ambiental, resumidos como seguem:

Tipo de cobertura	**Importâncias seguradas**
Responsabilidade civil	100.000
Riscos ambientais	30.000
Riscos operacionais	410.000
Veículos	1.000
Garantia de contrato	377

8. Imobilizado

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Veículos	Redes e tubulações	Obras em andamento	Direito de Uso	Total
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	276	38.707	367.096	224	204	93	1.373	201	408.174
Adições	77	394	19	4	–	47	1.721	226	2.488
Baixas	–	–	–	(1)	–	–	–	–	(1)
Transferências	(8)	(67)	(216.296)	(11)	5	217.130	(753)	–	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	345	39.034	150.819	216	209	217.270	2.341	427	410.661
Depreciação acumulada									
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	(167)	(29.130)	(70.426)	(158)	(192)	(5)	–	(87)	(100.165)
Depreciação	(37)	(3.313)	(5.528)	(22)	(4)	(3.562)	–	(121)	(12.587)
Baixas	–	–	–	1	–	–	–	–	1
Transferências	8	(11)	43.643	3	(1)	(43.642)	–	–	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(196)	(32.454)	(32.311)	(176)	(197)	(47.209)	–	(208)	(112.751)
Valor contábil líquido	149	6.580	118.508	40	12	170.061	2.341	219	297.910
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1 janeiro de 2021	345	39.034	150.819	216	209	217.270	2.341	427	410.661
Adições	175	2.122	74	21	–	–	5.539	122	8.053
Baixas	(17)	(1.602)	–	–	–	–	–	–	(1.619)
Transferências	–	1.787	(8)	–	(5)	–	(1.774)	–	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	503	41.341	150.885	237	204	217.270	6.106	549	417.095
Depreciação acumulada									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	(196)	(32.454)	(32.311)	(176)	(197)	(47.209)	–	(208)	(112.751)
Depreciação	(57)	(3.257)	(3.802)	(21)	(3)	(5.335)	–	(157)	(12.632)
Baixas	–	1.602	–	–	–	–	–	–	1.602
Transferências	2	(2)	–	–	–	–	–	–	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(251)	(34.111)	(36.113)	(197)	(200)	(52.544)	–	(365)	(123.781)
Valor contábil líquido	252	7.230	114.772	40	4	164.726	6.106	184	293.314
Vida útil (anos)	5	5 a 10	25 a 40	10	5	8 a 50		2 a 3	
Vida útil (média)	5	8	33	10	5	29		3	

9. Intangível: Custo de aquisição	Direito de concessão	Softwares	Total
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	1.546	355	1.901
Adições	–	7	7
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.546	362	1.908
Amortização			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	(240)	(222)	(462)
Amortização	(68)	(117)	(185)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(308)	(339)	(647)
Valor contábil líquido	1.238	23	1.261
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2021	1.546	362	1.908
Adições	–	113	113
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	1.546	475	2.021
Amortização			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2021	(308)	(339)	(647)
Amortização	(63)	(50)	(113)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(371)	(389)	(760)
Valor contábil líquido	1.175	86	1.261
Vida útil (anos)	30	5 a 10	

10. Debêntures: a) Composição

Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2021	2020
Caixa Econômica Federal ("CEF")	Única	set/2011	TR + 8,75 %	10,38%	ago/2029	238.551	259.038
(–) Custos de transação						(2.347)	(2.071)
						236.204	**256.967**

Em 2 de setembro de 2011, a Companhia emitiu 326.732 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal total de R$326.732, sendo as referidas debêntures de série única, com garantia real, representada por cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de ações da Companhia. As debêntures possuíam carência para pagamento de principal de 26 meses a partir da data da emissão, com 189 prestações mensais e consecutivas a serem pagas com vencimento inicial a partir de 1° de dezembro de 2013 e a última em 1° de agosto de 2029, com remuneração de Taxa Referencial ("TR") acrescida de juros de 8,75% ao ano. b) Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	256.967	276.119
(+) Adição de juros	20.752	22.347
(–) Amortização principal	(21.082)	(19.385)
(–) Amortização juros	(20.709)	(22.390)
(+) Amortização do custo de transação	276	276
Saldo no final do exercício	**236.204**	**256.967**

Diretoria

Márcio da Silva José - Diretor Presidente

Fernando Gomes da Silva - Diretor

Rodrigo Basso - CRC 1SP 266.229/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Aquapolo Ambiental S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Aquapolo Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Ativo Imobilizado:* Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha em seu balanço patrimonial o saldo de ativo de imobilizado no montante de R$ 293.314 mil. Os principais temas a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as premissas utilizadas pela administração para determinação da vida útil dos ativos e ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura, e montantes envolvidos. *Como nossa auditoria conduziu o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo, riscos e controles implementados, pela administração, relativos à capitalização de gastos com infraestrutura. • Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2021, avaliando a existência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção. • Recálculo da depreciação reconhecidas no exercício de 2021, e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios determinados pela administração da Companhia para definição dos gastos elegíveis a capitalização e as depreciações registradas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado na época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC-1SP175536/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 12/04/2022 19:50

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/12/AGUAPOLO1561645012042022.pdf

Hash:164971740113756ea8740646dd90d92dcf493ea584